

CDU 331.89 (81)

ESCOLHA RACIONAL E GREVES URBANAS NO BRASIL E EM PERNAMBUCO

Jorge Ventura de Moraes^{*}
Jorge Alexandre Barbosa Neves^{**}

1. INTRODUÇÃO

Em 1978, na região do ABC paulista, foram organizados os primeiros movimentos grevistas de grande importância no Brasil após as greves de Contagem e Osasco em 1968. Sem dúvida alguma, foram estas greves e as realizadas nos dois anos seguintes que ativaram o reaparecimento do movimento sindical brasileiro na arena política nacional. Ou seja, no Brasil do final dos anos setenta, a realização de greves antecipou-se à organização de um sindicalismo independente.

Em função do exposto acima, as greves ocorridas no ABC de 1978 a 1980 viraram objeto de estudo de inúmeros trabalhos de sociólogos e cientistas políticos, dos quais devem ser destacados os de Antunes (1988) e Maroni (1982). Além disso, outros estudos voltaram-se para o fenômeno do surgimento do “novo sindicalismo”, como passou a ser designada a nova prática sindical que emergiu mais claramente a partir dessas greves, dos quais merecem destaque os trabalhos de Moisés (1982) e Almeida (1983).

Entretanto, com relação às greves, a maior parte dos estudos realizados no Brasil concentra-se na análise do período de 1978-1980 e focaliza apenas o estado de São Paulo. É enorme a relevância econômica e política desse estado, indubitavelmente o mais importante da federação,

^{*} Phd em Sociologia pela London School of Economics and Political Science e Professor Adjunto do PIMES/UFPE

^{**} Doutorando em Sociologia Rural pela Universidade de Wisconsin-Madison.

inclusive em termos da atividade grevista. Nele se concentra a maioria absoluta das greves em vários anos (cf. DIEESE, 1983-1989). No entanto, as Ciências Sociais no Brasil carecem de estudos sobre a atividade grevista em períodos mais recentes e em outras regiões do país, como também de pesquisas globais que tomem o Brasil como unidade de análise.

Estudos quantitativos a respeito de atividade grevista têm já certa tradição na literatura sociológica (Cf., entre outros, Cronin, 1979; e Franzosi, 1989). No Brasil, em função principalmente de nossa tradição ensaística e discursiva, pesquisas de caráter quantitativo a respeito de greves são muito raras e, quando existem, resumem-se à utilização de instrumental meramente descritivo.

Este trabalho busca, portanto, exatamente ocupar esta lacuna existente no estudo dos movimentos grevistas no Brasil, propondo uma análise quantitativa baseada em estatísticas descritivas, modelos de regressão e análise de covariância (ANCOVA). Toma-se, aqui, a atividade grevista como a variável dependente e busca-se, em diferentes teorias sociológicas, possíveis elementos explicadores da variação da atividade grevista entre os anos de 1978 e 1989, no Brasil, e entre os sindicatos filiados às duas grandes centrais sindicais, àquele momento, a CUT e a CGT, no período de 1987 a 1989, em Pernambuco.

No âmbito da teoria, é preciso considerar as principais formulações que contribuem para a explicação do fenômeno central que aqui se estará analisando: quais fatores determinam a atividade grevista? Ou, em outras palavras, que elementos contribuem para que em um mesmo país ou estado, diferentes sindicatos - ou o mesmo sindicato, em diferentes momentos - apresentem maior ou menor atividade grevista? Este mesmo problema pode ser colocado na linguagem da teoria da ação coletiva proposta pelos adeptos da escolha racional, como: em que condições a ação coletiva é possível, ou seja, como superar o problema do carona (*free-rider*) (cf. Olson, 1971)? Portanto, greve constitui-se em um tema de pesquisa privilegiado para checar algumas proposições da teoria da escolha racional, pois a realização de um movimento grevista, a sua constituição enquanto ator coletivo, é determinada pela escolha individual dos trabalhadores, no sentido de aderirem ou não ao movimento.

Entretanto, várias teorias importantes propõem diferentes variáveis para a explicação da atividade grevista. Bergquist (1988), ao comparar os movimentos sindicais do Chile, da Argentina, da Venezuela e da Colômbia, observa que o movimento sindical dos trabalhadores das minas de salitre do Chile é o que apresenta um caráter de maior combatividade e radicalização na relação com o patronato e o Estado. Ele conclui que, entre outros fatores, o principal elemento explicador da maior atividade grevista entre os mineiros chilenos vinha da disseminação de uma ideologia radical

entre os trabalhadores. Outros trabalhos, ainda, tentam ressaltar a influência da questão das diferenças ideológicas na explicação da variação da atividade grevista (Antunes, 1988; Blackburn & Mann, 1975; Frederico, 1987; Kelly, 1988; entre outros)¹. Na verdade, esta é provavelmente a tendência dominante na maioria dos trabalhos sobre sindicatos e greves, principalmente no Brasil.

Tendo em vista que, “como forma de ação coletiva as greves requerem um desenvolvido grau de unidade entre os seus envolvidos” (Batstone et al., 1978:1)², trabalhadores que apresentem um alto grau de concorrência entre si têm grande dificuldade em realizar movimentos grevistas. A ideologia entraria, portanto, como fator explicador, pois apresentaria o poder exatamente de gerar a unidade necessária entre os indivíduos, através da solidariedade resultante da consciência de classe. Esta concepção confronta-se com uma outra (com origem na teoria da escolha racional) que estabelece que “os trabalhadores individuais competem uns com os outros, baixando suas exigências salariais na procura de emprego” (Przeworski, 1988:15). Então, seria no mercado de trabalho que os trabalhadores se encontrariam em posições antagônicas entre si: o “eu” contra o “resto”. Assim sendo, as variações nas condições desse mercado é que ocupariam o papel fundamental na explicação da variação da atividade grevista.

Outra variável frequentemente proposta como de grande relevância para o estudo das greves é a taxa de sindicalização. Zapata (1988) estuda os movimentos sindicais do México, Venezuela, Argentina, Peru e Chile, e conclui que nos países cujos sindicatos apresentam maior taxa de sindicalização, adotam-se estratégias menos conflitivas de ação sindical e, assim, encontra-se um menor nível de atividade grevista. Ou seja, para Zapata, o fortalecimento dos sindicatos, através do aumento da sindicalização, contribuiria para a diminuição da atividade grevista, a partir do momento em que sindicatos mais fortes precisariam menos da adoção de greves para satisfação de suas demandas.

Outra fonte teórica que deve ser considerada (apesar dos trabalhos citados não se referirem particularmente a greves) é a da teoria da privação relativa. De acordo com Davies (1962), tomando como base os escritos de Tocqueville e Marx (principalmente o Manifesto Comunista), pode-se pensar numa “teoria da revolução” ou numa “teoria do protesto” que afirme a tendência dos movimentos de protesto a aumentar com a “degradação” da vida operária ou, nas palavras do próprio Marx, com o aumento da “insatisfação social dos operários”. Davies afirma que, na verdade,

¹ Na verdade, a maior parte dos trabalhos que buscam enfatizar o papel da ideologia como fator principal de explicação da atividade grevista tem no marxismo sua fonte teórica inspiradora.

² As traduções destas e de outras citações de textos em inglês foram realizadas pelos próprios autores.

movimentos de protesto ou revolucionários são mais prováveis de ocorrer “quando um prolongado período de objetivo desenvolvimento econômico e social é seguido por um curto período de reversão” (1962:6). Ele argumenta que nestas circunstâncias os indivíduos sentiriam uma enorme sensação de “privação relativa”, ou seja, existiria um enorme “hiato” entre o nível de satisfação de necessidades e o nível de expectativa de satisfação dessas necessidades. Da mesma forma, Merton (1970) propõe uma análise da privação relativa, baseada nos “grupos de referência”. Ele sugere que quanto maior a heterogeneidade da distribuição dos benefícios e recursos em um grupo qualquer, maior será a insatisfação e a sensação de privação da maioria desprestigiada, levando, conseqüentemente, a um maior nível de protesto. Esta maior insatisfação da maioria desprestigiada ocorreria em função do fato de ela tomar como “referência positiva” o grupo mais privilegiado. Assim, quanto mais distante ela se encontrar deste grupo, maior será sua sensação de privação.

2. HIPÓTESES

Em função das teorias analisadas acima, vamos buscar testar, a partir da análise de diferentes dados, as seguintes hipóteses, relacionadas a cada teoria acima citada:

Hipótese 1: Baseados na teoria da escolha racional, vamos testar a hipótese de que a atividade grevista apresentaria uma correlação positiva com a variável atividade econômica, em função de que “em tempos de crescimento econômico, os trabalhadores podem encontrar empregos em caso de retaliações por parte dos empregadores e/ou encontrar empregos de tempo parcial durante a greve” (Franzosi, 1989:455-6). Portanto, o crescimento da atividade econômica seria o elemento causador das condições necessárias para uma superação do problema do “carona”, neste caso, os fura-greves, ao reduzir o custo da participação, que aqui é sintetizado na possibilidade da perda do emprego, com baixa probabilidade de conseguir trabalho em outra empresa.

Hipótese 2: Com base na teoria da privação de Davies, vamos testar a hipótese de que as greves aumentariam quando um prolongado período de desenvolvimento fosse seguido por um de reversão.

Hipótese 3: Baseados na teoria da escolha racional, vamos testar a hipótese de que, no setor público, que apresenta um mercado de trabalho quase que

totalmente protegido³ (estabilidade no emprego), encontra-se um maior nível de atividade grevista do que no setor privado.

Hipótese 4: Com base na teoria dos grupos de referência de Merton, vamos testar a hipótese de que no setor no qual existe maior equidade salarial encontra-se menor atividade grevista.

Hipótese 5: Baseados nas diferentes análises que estabelecem o elemento ideológico como o determinante na variação da atividade grevista, vamos testar a hipótese de que os sindicatos filiados à CUT, central sindical marcada por um discurso claramente radical e um comportamento conflitivo, apresentariam maior atividade grevista do que os sindicatos filiados à CGT, central sindical marcada (principalmente àquele momento) por um comportamento claramente conciliatório.

Hipótese 6: Com base em Zapata (1988), vamos testar a hipótese de que a taxa de sindicalização apresenta uma correlação negativa com a atividade grevista.

3. OS DADOS E AS VARIÁVEIS

Esta pesquisa foi totalmente fundamentada em dados secundários fornecidos por publicações do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade de Campinas (NEPP), do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do primeiro, foram consultados os dados a respeito de greves dos seus “Boletins Mensais”. Do segundo, consultaram-se dados sobre atividade grevista publicados no seu “Relatório Sobre a Situação Social do País”. Do terceiro, foram utilizados os dados a respeito de taxa de sindicalização nas publicações referentes a “Entidades Sindicais em Pernambuco”. Do quarto, foram utilizados os dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro entre 1978 e 1989. Além disso, foram coletadas informações na Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e na Central Única dos Trabalhadores (CUT) a respeito da filiação dos sindicatos a essas centrais no estado de Pernambuco.

O trabalho está centrado, basicamente, em quatro modelos estatísticos. Inicialmente, desenvolvemos um modelo de regressão linear

³ Os dados a serem utilizados abrangem apenas o período até o Governo Sarney, quando a estabilidade “lácita” no setor público era um fato generalizado. Essa estabilidade continua, apesar de algumas ameaças e colocações em disponibilidade ocorridas durante o Governo Collor.

simples, tendo como variável dependente o número de greves urbanas no Brasil entre 1978 e 1989 e, como variável independente, o PIB brasileiro, entre 1978 e 1989, em valores de 1980. Os outros são modelos de regressão simples e múltipla, apresentando como variável dependente o número de greves realizadas por cada um dos 27 sindicatos urbanos filiados à CUT e à CGT, no estado de Pernambuco, entre 1987 e 1989. Como variáveis independentes teremos a taxa de sindicalização (variável de razão), a filiação a uma das duas centrais sindicais (variável dicotômica) e o setor - público ou privado - do qual a categoria é composta (variável dicotômica). Em função do uso de duas variáveis dicotômicas, será realizada a análise de covariância (ANCOVA), para perceber qual dessas duas variáveis apresenta maior poder de explicação sobre a variação da atividade grevista.

4. GRUPOS DE ATIVIDADES E AMPLITUDE DAS GREVES NO BRASIL

As greves desempenharam, na história recente do Brasil, um papel fundamental para o ressurgimento do movimento sindical na arena política nacional. Ou melhor, na verdade, foi a partir das greves de 1978-80 que os sindicatos voltaram a ocupar espaço e a serem observados enquanto atores políticos relevantes. O pólo central desse renascimento foi constituído pelos sindicatos de metalúrgicos do ABC paulista. No entanto, posteriormente, a atividade grevista propagou-se para outras categorias do setor industrial e para outros setores da economia.

A Tabela 1 revela exatamente este processo de descentralização da atividade grevista a partir de 1979. No ano de 1978, 71% das greves urbanas ocorridas no Brasil foram realizadas por trabalhadores da indústria (excluindo os trabalhadores da indústria da construção civil). Porém, no ano seguinte, este índice caiu para 31% e continuou em queda até 1981, quando chegou a ser de apenas 27%. Após este período, o índice voltou a crescer, sem alcançar, entretanto, o escore de 1978.

Tabela 1

Greves realizadas por grupos de atividades - Brasil, Região Urbana 1978-1987 (%)

ANOS	TI	TCC	ACM	TBS	OUTROS	TOTAL
1978	71	7	7	11	4	100
1979	31	8	22	20	19	100
1980	30	13	30	15	12	100
1981	27	5	32	13	23	100
1982	51	3	22	16	8	100
1983	54	3	24	14	5	100
1984	64	4	17	13	2	100
1985	40	4	34	20	2	100
1986	53	4	24	19	0	100
1987	34	5	37	23	1	100

TI: Trabalhadores da Indústria; TCC: Trabalhadores da Construção Civil; ACM: Assalariados de Classe Média; TBS: Trabalhadores de Base em Serviços

Fonte: NEPP/Brasil, 1987: Relatório Sobre a Situação Social do País

Na verdade, os operários da indústria continuaram sendo os mais importantes politicamente para o movimento sindical. No entanto, a Tabela 1 mostra que a partir de 1979 uma nova categoria de trabalhadores surgiu com força na arena política, os assalariados de classe média (Cf. Almeida, 1983). Houve anos, inclusive, em que o número de greves por eles realizadas foi maior que (1981 e 1987) ou igual (1980) ao dos trabalhadores da indústria. As greves dos trabalhadores de base em serviços também apresentaram um sensível crescimento relativo, porém não ocuparam um espaço tão significativo quanto os operários da indústria ou os assalariados de classe média.

Por outro lado, os operários da construção civil permaneceram com coeficientes relativos bastante baixos. Mesmo no ano de 1980, quando apresentaram seu maior êscore (13%), mantiveram-se abaixo dos outros grupos de trabalhadores. Na verdade, esta categoria chama a atenção, pois, de 1978 a 1980, o seu peso em relação às outras crescia, tendo, no entanto, a partir de 1981, caído para níveis inferiores ao de 1978. Este ponto será motivo de discussão numa seção posterior.

Outro ponto de interesse é a variação da amplitude das greves urbanas no Brasil a partir de 1978. Este período caracteriza-se pela crescente

hegemonia do “novo sindicalismo” no mundo do trabalho, no Brasil. Uma nova marca, sem dúvida alguma, impressa neste período, é a frequência majoritária de greves por empresa. Ao contrário dos movimentos grevistas anteriores a 1964, majoritariamente realizados tendo como base a categoria (Cf. Almeida, 1983), o movimento sindical ressurgido a partir de 1978 tem como base a atividade grevista por empresas. Entre 1978 e 1984 (ver Tabela 2), 89,4% das greves realizadas pelos operários da indústria alcançaram apenas um único estabelecimento. Entre os trabalhadores da construção civil e de base em serviços, as greves por empresa também alcançaram maioria absoluta (65% e 56,4%, respectivamente). A única exceção é a dos assalariados de classe média, pois entre eles as greves realizadas em único estabelecimento atingem apenas uma maioria simples (40,5%), e as greves por categoria apresentam um peso significativo (30,9%).

Tabela 2

Variação de amplitude das greves segundo os setores de trabalhadores atingidos - Brasil, Região Urbana 1978-1987 (%)

AMPLITUDE	SETORES			
	TI	TCC	ACM	TBS
Estabelecimento	89,4	65,0	40,5	56,4
Grupo de Estabelecimentos	4,4	20,0	24,7	17,3
Categoria	6,2	15,0	30,9	21,8
Grupo de Categorias	0,3	0,0	3,9	4,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Almeida, 1983

5. VARIAÇÃO NA ATIVIDADE ECONÔMICA E VARIAÇÃO NO NÚMERO DE GREVES

Nosso objetivo, nesta seção, é relacionar a variação do número de greves com a variação da atividade econômica, no Brasil, no período de 1978 a 1989. Para observar o possível grau de influência que a variação da atividade econômica possa exercer sobre a variação da atividade grevista, no período em análise, procedemos a regressão da variável número de greves sobre a variável atividade econômica, representada pelo PIB brasileiro de

Tabela 3

Produto Interno Bruto (valores de 1980, em NCZS 1.000,00 e número de greves urbanas - Brasil, 1978-1989)

ANO	PIB	NÚMERO DE GREVES
1978	10.604	118
1979	11.368	246
1980	12.402	144
1981	11.859	150
1982	11.939	144
1983	11.531	228
1984	12.111	336
1985	13.111	507
1986	14.099	818
1987	14.611	719
1988	14.613	587
1989	15.610	1.512

Fonte: DADOS SOBRE PIB - IBGE/Diretoria de Pesquisas/ Departamento de Contas Nacionais. DADOS SOBRE NÚMERO DE GREVES - DIEESE/Boletim Mensal e NEPP/Brasil, 1987: Relatório Sobre a Situação Social do País

A tabela 3 mostra os dados sobre PIB (X) e número de greves (Y). Encontramos, então, um coeficiente de correlação, entre as duas variáveis, $r = +0,887$ e de regressão linear simples $r^2 = 0,786^5$. Esse resultado tão expressivo nos leva a uma conclusão positiva quanto à hipótese 1⁶. Outros estudos já haviam demonstrado igualmente a existência de uma alta

⁴ Na verdade, buscamos construir um modelo de regressão múltipla, tendo como variáveis independentes PIB e PIB/K (PIB per capita) do Brasil, entre 1978 e 1989 e, como variável dependente, número de greves, para o mesmo período. Entretanto, tivemos que optar pela utilização apenas da variável PIB, por esta apresentar multicolinearidade com a variável PIB/k ($r=+0,832$) e uma maior correlação com a variável dependente ($r=+0,887$) do que a apresentada pela variável PIB/k ($r=+0,701$).

⁵ Neste e nos próximos modelos, não serão utilizados coeficientes de confiança, em função de que estamos trabalhando não com amostras, mas com a própria população. Ou seja, os resultados aqui encontrados não representam estimadores, mas os próprios parâmetros.

⁶ Nos casos em que havia diferenças nos dados sobre números de greves apresentados pelo NEPP e pelo DIEESE, foi dada preferência aos números do segundo. Entretanto, se utilizarmos os dados do NEPP para os anos 1978-1987, encontramos resultados ($r=0,853$ e $r^2=0,728$) bastante semelhantes aos apresentados acima e igualmente expressivos.

correlação entre estas duas variáveis para outros países, ressaltando a enorme importância da variável atividade econômica na explicação da atividade grevista (Cf. Franzosi, 1989). Diante disso, as proposições da teoria da ação coletiva, desenvolvida pelos teóricos da escolha racional, parecem bastante poderosas para explicar tais resultados. A decisão dos indivíduos de participar de uma ação coletiva seria resultado de um cálculo estratégico de custo-benefício. Ou seja, partindo para o problema específico da realização de greves, um trabalhador só se tornará grevista se a sua expectativa for de que ele terá mais benefícios do que custos com a sua participação. Portanto, em momentos de crescimento negativo da economia, é provável que os trabalhadores atribuam valores bastante altos às suas expectativas de custos de participação.

Em outras palavras, pode-se concluir que em momentos de crescimento econômico os indivíduos mais frequentemente se decidem a favor de greves pois nestas circunstâncias os custos - o risco da perda do emprego sem a possibilidade de reposição - são minimizados, em função da geração de empregos, favorecendo, assim, a opção pela realização de movimentos grevistas. Ou ainda que, em situações de crescimento econômico, a competição entre os trabalhadores reduz-se, facilitando a congregação dos indivíduos enquanto um ator coletivo necessário à realização de greves.

Outra consequência interessante do resultado aqui encontrado diz respeito à teoria da privação, ou seja, à nossa segunda hipótese. Observa-se, aqui, que o nível de crescimento econômico apresenta uma correlação positiva com o nível de atividade grevista, a qual representa, em última instância, um tipo de movimento de protesto. Ou seja, nos momentos em que a economia apresenta maior crescimento e, provavelmente, menores índices de insatisfação por parte dos trabalhadores, estes apresentam maior frequência de protestos. Mesmo se for levada em consideração a afirmação de Davies (1962) de que os protestos se apresentam mais intensos num período de decadência econômica antecedido por um outro de rápido crescimento, observa-se, quanto ao período aqui analisado, que no início da década dos oitenta, quando a economia brasileira se encontrava em forte recessão, houve um arrefecimento da atividade grevista comparada com os dois últimos anos da mesma década, nos quais a economia apresentava crescimento positivo. Portanto, observa-se para o caso do Brasil, no período em questão, um resultado totalmente inverso ao proposto pela hipótese 2.

Neste sentido, não parece haver dúvidas de que a teoria da escolha racional apresenta um potencial muito maior de explicação do período aqui analisado. Ou seja, a razão da diminuição da atividade grevista em momentos de crescimento negativo da economia deve ser provavelmente buscada no fato de que nesses momentos, mesmo que o nível de insatis-

fação ou privação dos trabalhadores esteja maior, o custo da participação num movimento grevista também é elevado, sendo este custo representado pelo risco da perda do emprego aliado à baixa probabilidade de absorção por parte de uma outra empresa.

O que se fez aqui, na verdade, foi observar uma certa regularidade. Ou melhor, durante um período razoável de tempo (12 anos), no Brasil, a variação da atividade grevista parece ter sido fortemente influenciada pela variação da atividade econômica. Esta regularidade, inclusive, foi observada por outros pesquisadores (Cf. Franzosi, 1989; e Cronin, 1979). Entretanto, é claro que nós não estamos propondo que atividade econômica é o único elemento explicador da variação da atividade grevista (até porque, mais de 21% da variação do número de greves se mantém após a regressão desta sobre atividade econômica).

É claro, por exemplo, que esta variável não pode explicar o próprio surgimento dos movimentos grevistas no final da década dos 70, pois se o fator crescimento econômico fosse o único determinante da atividade grevista, as greves deveriam ter surgido intensamente no início daquela década, quando o Brasil viveu os seus índices r cordes de crescimento. Da mesma forma, a explicação para o fato de em 1989 ter ocorrido um número de greves muitas vezes superior ao ano anterior não pode ser buscada fundamentalmente no crescimento econômico ocorrido, mas sim no fato de que durante quase todo aquele ano o Brasil viveu num vácuo legal a respeito de greve, pois a constituição promulgada no ano anterior garantia o direito de greve e uma legislação complementar demorou muito a ser formulada. Como conseqüência, foi possível durante quase todo o ano de 1989, a realização de greves sem riscos de sanções legais. Claro está, portanto, que vários fatores de ordem política, legal e até ideológica podem contribuir para a explicação da variação da atividade grevista. Todavia, a conclusão que aqui se chega   que *ceteris paribus* a variável atividade econômica representa um poderoso fator de explicação da atividade grevista.

6. GREVES NO SETOR PÚBLICO E NO SETOR PRIVADO

A comparação da atividade grevista no setor público e no setor privado é de grande relevância para a observação das hipóteses 3 e 4.

As Tabelas 4 e 5 mostram o tamanho, a freqüência e a dura  o⁷

⁷ Os indicadores tamanho, freqüência e duração de greves foram criados a partir dos dados do NEPP (1987). Baseando-nos na metodologia proposta por Shorter e Tilly (1971) definimos cada indicador da seguinte maneira: a) duração = número de dias gastos com as greves dividido pelo número de greves; b) freqüência = número de greves dividido pelo número de grupos de cada 1 milhão de trabalhadores; c) tamanho = número de grevistas dividido pelo número de greves (em milhares).

das greves urbanas nos setores público e privado no Brasil, nos anos de 1986 e 1987. É curioso observar que, apesar da frequência das greves no setor privado ser, no ano de 1986, significativamente maior que no setor público (isso pode ser explicado pelo fato das greves no setor privado serem mais atomizadas)⁸, os outros dois indicadores (tamanho e duração, como também a própria frequência no ano de 1987) apresentam, no setor público, um índice bastante superior ao do setor privado.

Tabela 4

Tamanho, Duração e Frequência de greves nos setores público e privado - Brasil, 1986

SETOR	TAMANHO	DURAÇÃO	FREQUÊNCIA
Público	11,1	6,5	15,0
Privado	1,6	5,2	20,6

Fonte: NEPP/Brasil, 1987: Relatório Sobre a Situação Social do País

Tabela 5

Tamanho, Duração e Frequência de greves nos setores público e privado - Brasil, 1987

SETOR	TAMANHO	DURAÇÃO	FREQUÊNCIA
Público	6,9	10,7	21,6
Privado	1,8	6,7	14,4

Fonte: NEPP/Brasil, 1987: Relatório Sobre a Situação Social do País

Por outro lado, os dados da tabela 6 demonstram que o setor público federal, formado pelas categorias mais conflitivas do setor público (Cf. DIEESE, 1983-1989), mantinha em 1985 um nível salarial sensivelmente superior ao do setor privado organizado (setor formal). Ao passo que, no citado ano, 73,3% dos trabalhadores do setor privado recebiam até três salários mínimos, apenas 48,8% dos trabalhadores do setor público encontravam-se nesta faixa salarial mais baixa. Um outro indicador interessante

⁸ Esta é, provavelmente, também a explicação do porquê os assalariados de classe média são os únicos que apresentam maior frequência de greves por categoria, pois esses trabalhadores são dominantes no setor público, no qual as greves são menos atomizadas.

é o de que o desvio padrão dos salários do setor privado é 86% maior do que o do setor público. Isto mostra que, no setor estatal federal existe melhor distribuição dos gastos com salários do que no setor privado.

Tabela 6

Distribuição dos Empregados segundo faixas de salários - Setor Público Federal e Setor Privado Organizado (Formal) - Em salários Mínimos - Brasil, 1986 (%)

SETOR	FAIXA DE SALÁRIO									
	0-1	1-3	3-5	5-7	7-10	10-15	15-20	20e+	Ign	Total
Público Federal	4,8	44,0	24,8	9,3	7,2	5,0	1,5	0,8	2,4	100,0
Privado organizado	16,4	56,9	11,4	4,3	2,8	1,8	0,7	0,7	5,2	100,0

DP do Setor Público Federal = 13,9

DP do Setor Privado Organizado = 25,8

Fonte: NEPP/Brasil, 1987: Relatório Sobre a Situação Social do País

Não há dúvidas, entretanto, de que o fato de termos aqui os dados sobre nível salarial referentes a apenas um ano compromete generalizações a respeito de outros. Porém, parece pouco razoável que em apenas um ano ou dois tenha ocorrido uma mudança radical neste quadro. Portanto, os dados aqui sugerem a aceitação da hipótese 3 (na verdade, esta não depende dos dados sobre salários) e a rejeição da hipótese 4, pois apesar de o setor público apresentar um nível de homogeneidade bem maior em termos salariais entre os trabalhadores, com um desvio padrão significativamente menor do que o do setor privado (13,9 e 25,8, respectivamente), quem protesta mais são exatamente os trabalhadores do setor público. Ou seja, aqueles que se encontram empregados no setor público federal têm um nível salarial mais elevado do que os do setor privado organizado e, além disso, uma maior homogeneidade nos níveis salariais e, mesmo assim, apresentam uma atividade grevista significativamente maior do que aqueles empregados no setor privado.

Na verdade, ao que parece, o nível significativamente mais alto da atividade grevista do setor público em relação ao privado pode ser explicado pelo mesmo argumento utilizado na relação da atividade econômica com os movimentos grevistas. Ou seja, o custo da participação em greves no setor privado é maior que no setor público por existir no segundo uma

quase que completa proteção contra as oscilações do mercado de trabalho (estabilidade tácita no emprego). Da mesma forma, é provável que esse tenha sido o motivo da sensível redução da importância relativa das greves dos operários da construção civil durante a década de 80. O fato é que durante esta década a indústria da construção civil atravessou uma enorme crise, gerando grandes problemas para o mercado de trabalho dos integrantes desta categoria e elevando, desta forma, os custos de realização de movimentos grevistas.

7. AS GREVES URBANAS EM PERNAMBUCO: 1987-89

Nesta seção, vamos analisar as greves urbanas em Pernambuco entre 1987 e 1989, baseados em modelos de correlação e regressão, tendo como variável dependente o número de greves realizado pelos 27 sindicatos filiados à CUT ou à CGT em Pernambuco. Tais modelos servirão para testar as hipóteses 3, 5 e 6. No sentido de testar a validade da hipótese 3, foi incluída a variável dicotômica setor da economia (totalmente privado = 0; totalmente ou significativamente público = 1)⁹. Para testar a hipótese 5, foi incluída a variável filiação à central sindical (CGT = 0; CUT = 1). Para testar a hipótese 6, foi incluída a variável taxa de sindicalização (variável de razão).

De um lado, são 13 sindicatos filiados à CUT, central sindical que faz uso de um discurso radical por parte dos seus dirigentes, deixando clara a opção, pelo menos aparente, por uma estratégia de confrontação frente ao patronato e ao Estado. Por outro lado, são 14 sindicatos filiados à CGT, central sindical cuja liderança se esforça em tornar pública a sua opção por uma atuação prioritariamente conciliatória e pelo uso da greve apenas como último recurso.

As funções de regressão dos modelos propostos são as seguintes:

$$Y = b_0 + b_1 X_1 \text{ (modelo 1)}$$

Onde:

Y = número de greves por sindicato.

X₁ = filiação a central sindical.

$$Y = b_0 + b_1 X_1 + b_2 X_2 \text{ (modelo 2)}$$

⁹ Na verdade, dos oito sindicatos considerados como do setor público, somente dois reúnem trabalhadores apenas deste setor, os outros seis apresentam trabalhadores também do setor privado. Contudo, nestes seis sindicatos a participação do setor público é altamente expressiva. A diferença com relação aos outros sindicatos se evidencia ainda mais pelo fato de que, no outro grupo, os sindicatos englobam exclusivamente trabalhadores do setor privado.

Onde:

X_2 = taxa de sindicalização.

$$Y = b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + b_3X_3 \text{ (modelo 3)}$$

Onde:

X_3 = setor da economia.

Os resultados encontrados são os seguintes:

MATRIZ DE CORRELAÇÃO

	Y	X_1	X_2	X_3
X_1	1,000	0,270	0,081	0,411
X_2	0,270	1,000	0,322	0,673
X_2	0,081	0,322	1,000	0,134
X_3	0,411	0,673	0,134	1,000

Modelo 1

Parâmetros:

$$b_0 = 2,786$$

$$b_1 = 7,984$$

Coefficientes:

$$r = 0,270$$

$$r^2 = 0,073$$

$$r^2_{\text{ajustado}} = 0,036$$

Modelo 2

Parâmetros:

$$b_0 = 2,902$$

$$b_1 = 8,046$$

$$b^2 = -0,036$$

Coefficientes:

$$R = 0,270$$

$$R^2 = 0,073$$

$$R^2_{\text{ajustado}} = -0,005$$

Modelo 3

Parâmetros:

$$b_0 = 2,204$$

$$b_1 = -0,793$$

$$b_2 = 0,018$$

$$b_3 = 13,759$$

Coeficientes:

$$R = 0,412$$

$$R^2 = 0,170$$

$$R^2_{\text{ajustado}} = 0,062$$

A matriz de correlação dá informações extremamente importantes para a observação das nossas hipóteses em questão. A hipótese 3 parece mais uma vez ser confirmada, pois observamos que existe uma correlação positiva ($r = +0,411$) entre setor da economia e número de greves, isto porque, na variável setor da economia (privado = 0 e público = 1), uma correlação positiva entre as duas variáveis significa que o setor público faz mais greves que o setor privado. A hipótese 5 também parece ser confirmada pela correlação positiva ($r = +0,270$) entre filiação sindical e número de greves, já que na variável filiação sindical (CGT = 0 e CUT = 1) uma correlação positiva entre as duas variáveis significa que os sindicatos da CUT realizam mais greves que os sindicatos filiados à CGT.

Entretanto, a hipótese 6 não é confirmada, pois ao contrário de encontrarmos uma correlação negativa entre taxa de sindicalização e número de greves, encontramos uma correlação positiva ($r = +0,081$), apesar de extremamente baixa. Tal resultado talvez possa ser explicado pelo fato de, em Pernambuco, entre os sindicatos urbanos, o nível de sindicalização só se apresentar geralmente alto entre os sindicatos menores, com uma base de até 2.000 trabalhadores. Segundo dados do CEAS (1988), 67% dos sindicatos urbanos com até 2.000 trabalhadores na base apresentam taxa de sindicalização de mais de 50%, enquanto apenas 18,7% dos sindicatos com mais de 10.000 trabalhadores na base apresentam taxas de sindicalização acima dos 50%. Por outro lado, Olson (1971 e 1983) afirma serem os sindicatos menores, que geralmente apresentam um maior grau de agremiação (taxa de sindicalização), que conseguem mais facilmente desenvolver ações coletivas. Isto seria resultante da famosa concepção paretiana da “vantagem do pequeno número”, em que os grupos sociais menores, por apresentarem uma probabilidade maior de integração e menor de posições divergentes, teriam maiores condições de agir coletivamente. Esta elaboração teórica de Olson é absolutamente coerente com a correlação positiva entre taxa de sindicalização e número de greves, pois, tendo em vista que são os sindicatos menores que apresentam maior sindicalização e esta apresenta uma correlação positiva com número de greves, nossos dados contribuiriam no sentido de confirmar a sua teoria.

Numa análise estatística mais detalhada, os três modelos de

regressão fornecem resultados bastante interessantes. Em primeiro lugar, podemos observar que, apesar de apresentar uma correlação positiva com a variável dependente, a variável taxa de sindicalização, quando controlada pela variável filiação sindical, apresenta uma correlação negativa com a variável dependente (ver modelo 2). Ou seja, os sindicatos com alta taxa de sindicalização só apresentariam maior número de greves por serem majoritariamente filiados à CUT, que apresenta sindicatos membros que realizam maior número de greves. Por outro lado, o modelo 3 mostra-nos que, com a inclusão da variável setor da economia, a correlação entre taxa de sindicalização e número de greves volta a ser positiva. Todavia, em ambos os modelos o coeficiente angular da variável taxa de sindicalização (b_2) é extremamente baixo (não significativo, mesmo considerando o fato de estarmos trabalhando com uma população e não com uma amostra) e o $R^2_{ajustado}$ diminui quando esta variável é incluída no modelo, o que não nos autoriza a uma posição conclusiva quanto à existência ou não de relação, seja ela positiva ou negativa, entre as variáveis. Portanto, mais uma vez não confirmamos a hipótese 6 de que haveria uma correlação negativa entre taxa de sindicalização e número de greves.

Quanto às outras variáveis, podemos observar que, apesar de apresentar uma correlação positiva com a variável dependente (ver matriz de correlação, modelos 1 e 2), a variável filiação sindical, quando controlada pela variável setor da economia, apresenta uma correlação negativa significativa com a variável número de greves. Tendo em vista que a primeira e a terceira variáveis independentes são dicotômicas, nós podemos, através de análise de covariância, detectar no modelo 3 qual delas apresenta uma maior contribuição para a explicação da variável dependente.

Portanto, nós temos:

1- Para sindicatos da CUT e do setor público, nossa função de regressão será:

$$Y = (b_0 + b_1 + b_3) + b_2X_2$$

2- Para sindicatos da CUT e do setor privado, nossa função de regressão será:

$$Y = (b_0 + b_1) + b_2X_2$$

3- Para os sindicatos da CGT e do setor público, nossa função de regressão será:

$$Y = (b_0 + b_3) + b_2X_2$$

4- Para os sindicatos da CGT e do setor privado, nossa função de regressão será:

$$Y = b_0 + b_2X_2$$

A diferença entre os sindicatos da CUT e da CGT é dada pelo parâmetro b_1 , enquanto que a diferença entre o setor público e o privado é

dado pelo parâmetro b_3 . Assim, temos que a mudança do setor privado para o setor público causa um aumento de quase 14 greves. Quanto à variável filiação sindical, encontramos que a mudança da CGT para CUT causa uma diminuição de pouco menos que uma greve. Estes resultados mostram que, além da variável setor da economia apresentar um impacto muito maior sobre o número de greves do que a variável filiação sindical, ao contrário do que nos revelou a matriz de correlação, controlada pela variável setor da economia, a correlação positiva entre filiação sindical e atividade grevista desaparece, tornando-se uma correlação negativa. Isso nos leva a concluir que a correlação positiva inicialmente observada entre filiação sindical e atividade grevista é uma correlação espúria gerada pela correlação positiva entre filiação sindical e setor da economia.

Portanto, a hipótese 5 não se confirma. O que ocorre, na realidade, é que os sindicatos da CUT, por nós observados, apresentam maior número de greves por serem majoritariamente do setor público. De tal forma, concluímos que é a variável setor da economia que se mantém como forte elemento explicador da variável atividade grevista, confirmando mais uma vez, desta forma, a hipótese 3 e a contribuição da teoria da escolha racional para a explicação deste problema.

8. CONCLUSÃO

Este trabalho constituiu uma tentativa de observar a contribuição de algumas teorias a respeito da atividade grevista para algumas situações empíricas específicas. Como afirma Vila Nova (1988:121), “a atividade científica consiste na identificação de regularidades observáveis”. É claro, todavia, que após esta identificação, é papel da Ciência buscar fazer generalizações baseadas nas regularidades observadas. Neste sentido, este estudo buscou identificar algumas destas regularidades e explicá-las através da teoria sócio-política. Na verdade, partiu-se de algumas teorias que propunham o aparecimento regular de determinadas relações e fenômenos sociais e buscou-se verificar a sua aplicabilidade a uma realidade determinada tanto pelo tempo como pelo espaço.

Propomos o teste de seis hipóteses, baseadas em diferentes teorias, que apresentam variáveis compatíveis com os dados disponíveis. Observou-se que as hipóteses baseadas na concepção de formação de atores coletivos, proposta pela teoria da escolha racional, que sugere uma grande importância de fenômenos ligados ao mercado de trabalho para a explicação da atividade grevista, foram confirmadas pelas análises empíricas aqui realizadas. Portanto, os resultados encontrados parecem sugerir que se apresenta aqui uma “regularidade observável”.

Entretanto, com certeza, a conclusão mais importante permitida pela nossa análise vem da última parte do trabalho. Os resultados fornecidos pela análise de covariância (ANCOVA) deixam clara a importância do elemento mercado de trabalho, em detrimento das diferenças políticas e ideológicas entre as diferentes centrais sindicais. Este resultado é de grande relevância. Tomando como base a maioria dos estudos a respeito de greves existentes no Brasil, e em outros países, seria razoável supor que, para o fenômeno aqui estudado, o elemento ideológico traria contribuição significativa. Contudo, observamos que os sindicatos filiados à CUT, em Pernambuco, só apresentam um maior número de greves por serem majoritariamente do setor público. Isto é observado pelo fato de que, controlada pela variável setor da economia, a relação entre filiação sindical e número de greves, na realidade, se inverte, tornando-se uma relação negativa. Ou seja, controlando filiação sindical por setor da economia, observa-se que, na média, e tomando os sindicatos separadamente por setor econômico, os sindicatos da CGT realizam mais greves do que os sindicatos filiados à CUT.

Conseguimos, aqui, não apenas testar hipóteses baseadas em conhecidas teorias, mas identificar algo novo para o estudo das greves no Brasil. Nossas descobertas apontam no caminho de invalidar cientificamente resultados de muitas das pesquisas sobre greves realizadas no país. Não apenas os resultados de pesquisas sociais e históricas, quanto o próprio senso comum, identificam uma expressiva relação entre ideologias radicais e atividade grevista. Nosso trabalho demonstra que, pelo menos para Pernambuco, entre 1987-89, tal correlação é apenas aparente (espúria). É claro que, não podemos generalizar tais resultados para o país como um todo. Entretanto, dados da primeira parte do estudo indicaram a relevância de fatores ligados ao mercado de trabalho como determinantes da atividade grevista. Portanto, tendo em vista isto e o fato de termos observado positivamente todas as hipóteses baseadas na teoria da escolha racional, acreditamos ser necessária a investigação do mesmo fenômeno em outras regiões do país ou, quem sabe até, tomando todos os sindicatos urbanos (e, talvez, também rurais) do país como unidade de análise. Em outras palavras, propomos que a teoria da escolha racional é de grande importância para o estudo das greves, devendo, desta forma, serem suas variáveis sempre consideradas nas pesquisas sobre tais fenômenos sociais.

9. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M.H.T. de. (1983), "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança", in M.H.T. de Almeida e B. Sorj (orgs.).

- _____. (1985). "Sindicalismo brasileiro e pacto social". *Novos Estudos CEBRAP*, 13: 14-28.
- ANTUNES, R. (1988), *A rebeldia do trabalho (O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80)*. Campinas:Ed. da Unicamp/São Paulo:Ensaio.
- BATSTONE, E. et al. (1978), *The social organizations of strikes*. Oxford, Basil Blackwell.
- BERGQUIST, C. (1988), *Labor in Latin America: comparative essays on Chile, Argentina, Venezuela and Colombia*. Stanford, Stanford University Press.
- BLACKBURN, R. & MANN, M. (1975), "Ideology in the non-skilled working class", in M. Bulmer (org.), *Working-class images of society*. Londres, Routledge & Kegan Paul/ SSCR.
- CEAS. (1988), *Entidades sindicais de Pernambuco*. Recife, CEAS.
- CRONIN, J. (1979), *Industrial conflict in modern Britain*. Londres, Macmillan.
- DAVIES, J.C. (1962), "Toward a theory of revolution". *American Sociological Review*, 27 (1):5-30.
- DIEESE. (1983-1989), *Boletins mensais*. São Paulo, DIEESE.
- FRANZOSI, R. (1989), "Strike data in search of a theory: the Italian case in the postwar period". *Politics & Society*, 17(4):453-87.
- FREDERICO, C. (1987), *A esquerda e o movimento operário, 1964-1984*. São Paulo, Novos Rumos.
- KELLY, J. (1988), *Trade unions and socialist politics*. Londres, Verso.
- MARONI, A. (1982), *A estratégia da recusa: análise das greves de maio de 1978*. São Paulo, Brasiliense.
- MERTON, R. (1970), *Sociedade: teoria e estrutura*. São Paulo, Mestre Jou.

Jorge Ventura de Moraes & Jorge Alexandre Barbosa Neves

MOISÉS, J.A. (1982), *Lições de liberdade e opressão: o novo sindicalismo e a política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

NEPP. (1987), *Relatório sobre a situação social do país - 1987*. Campinas, Ed. da Unicamp.

OLSON, M. (1971), *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge:Mass., Harvard University Press.

_____. (1983), "Public choice and growth: barriers to trade, factor mobility, and growth", in D. Biehl et al. (orgs.), *Public finance and economic growth*, Detroit, Wayne State University Press.

PRZEWORSKI, A. (1988), "Marxismo e escolha racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 6:5-25.

SHORTER, E. & TILLY, C. (1971), "The shape of strikes in France", *Comparative Studies in Society and History*, 13(1):60-86.

VILLA NOVA, S. (1988), *Introdução à sociologia*. São Paulo, Atlas.

ZAPATA, F. (1988), *Trabajadores y sindicatos en América Latina*. Cidade do México, Secretaría de Educación Pública.

